

LEIA GOIÂNIA: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DE CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA

Maria das Graças Monteiro Castro¹

APRESENTAÇÃO

Toda proposta educacional cujo eixo do trabalho pedagógico é a qualidade da formação a ser oferecida aos estudantes deve tanto proporcionar o acesso aos bens culturais produzidos socialmente quanto garantir condições concretas para construir estruturas que capacitem os alunos a um processo de educação permanente. Com base nessa premissa, a existência de uma biblioteca, no contexto escolar, cria as condições básicas para que o indivíduo constitua o primeiro elo com o capital de conhecimento acumulado ao longo da história, cujo registro tenha-se dado sob a forma do texto escrito.

Se tomarmos a leitura como um ato construído socialmente, temos de orientar as ações de leitura, considerando não só as mais variadas

[1] Professora da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb) da UFG; mestre em Educação e atual diretora-geral da Editora UFG. Coordenou, no período 2001-2004, atividade de extensão voltada para assessorar a implantação de bibliotecas escolares nas unidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia.

formas de registro escrito, mas também – e fundamentalmente – o acesso irrestrito aos mais variados suportes de informação. Afinal, a competência do leitor se forma na constância e na diversidade com que ele visita os tipos mais variados de textos. Como a escola é um espaço privilegiado – embora não exclusivo – das práticas sociais de leitura com textos escritos, cabe-lhe também promover o acesso aos diferentes suportes de informação que abrigam esses textos – da literatura ao texto científico –, não como redenção para os problemas educacionais, mas como fator fundamental para uma educação escolar bem-sucedida. Nesse sentido, Silva (1986, p. 133) afirma:

A biblioteca escolar é um espaço democrático, conquistado e construído através do “fazer” coletivo (alunos, professores e demais grupos sociais) – sua função básica é a transmissão da herança cultural às novas gerações de modo que elas tenham condições de reapropriar-se do passado, enfrentando os desafios do presente, e de projetar-se no futuro.

Em suma, a biblioteca escolar deve assumir seu lugar no espaço pedagógico, como um centro dinamizador da leitura e difusor do conhecimento produzido pela humanidade (em qualquer suporte de informação). Deve, ademais, constituir-se na primeira oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural, para a maioria das crianças quando ingressam na escola pública.

JUSTIFICATIVA

Ao avaliar as políticas públicas desenvolvidas para as bibliotecas escolares no Brasil, percebemos que as iniciativas sempre foram tímidas. Afinal, a grande maioria dos programas se preocupou unicamente em formar acervos. Como prova disso, na última década, uma quantidade significativa de livros chegou às escolas, por meio das mais

variadas iniciativas. É o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), do governo federal, e do Cantinho da Leitura e do Programa de Bibliotecas das Escolas Estaduais, do governo do Estado de Goiás. Apesar de terem garantido a distribuição de livros de qualidade, esses programas não privilegiaram todos os aspectos necessários à constituição de uma biblioteca escolar, tais como: espaço físico, mobiliário, processo organizacional adequado ao público da escola e acervo selecionado que atenda à estrutura curricular do ensino fundamental e médio.

Na verdade, os espaços existentes na escola, denominados biblioteca, nada mais são do que salas de aula com estantes escoradas umas às outras e um acervo constituído praticamente de livros didáticos. Os que exercem a função de bibliotecário são funcionários adaptados à função, por estarem em fim de carreira ou impossibilitados de cumprir as atividades pedagógicas que lhes são pertinentes.

No período de 2001 a 2004, a Prefeitura de Goiânia definiu diretrizes gerais, voltadas para a inclusão social, que resultassem em qualidade de vida e em construção da autonomia. Com isso, haveria a possibilidade de gerar capacidades para suprir as necessidades vitais, culturais, políticas e sociais do indivíduo, consolidando, assim, os direitos garantidos pelo Estado na relação com o mercado de trabalho. Nessa época, a Secretaria Municipal de Educação (SME) propôs a construção coletiva de uma concepção de inclusão no campo educacional, cujo papel fosse o de propiciar experiências socializadoras, garantindo aos educandos o direito de acesso aos bens culturais ou aos materiais produzidos pela sociedade.

Com base nessa proposta, o Programa de Bibliotecas da SME de Goiânia – Leia Goiânia – tornou-se um importante instrumento para o alcance da meta de inclusão social e representou um avanço, pois, além de formar acervos, criou um novo conceito de biblioteca no espaço pedagógico, para atender à educação infantil, ao ensino fundamental e à educação de jovens e adultos.

Com a criação de um Sistema de Bibliotecas Escolares para a Rede Municipal de Ensino de Goiânia, capaz de articular a proposta de educação inclusiva, quatro ações foram implementadas: a reestruturação física das bibliotecas; a formação continuada nas áreas técnica e pedagógica; a instituição de diretrizes para a política de seleção e aquisição do acervo; e o estabelecimento de diretrizes para a garantia da atuação da biblioteca como um centro dinamizador da leitura e de difusão do conhecimento.

Como abrangia a educação infantil, o ensino fundamental e a educação de adolescentes, jovens e adultos – e considerando as diferentes condições das unidades de ensino –, o projeto estabeleceu um cronograma em que o atendimento se daria inicialmente nas escolas que já dispusessem de espaço físico adequado e se estenderia, posteriormente, àquelas que necessitassem de adequação e/ou construção da sala destinada à biblioteca.

O projeto foi concebido a partir da avaliação de todos os espaços qualificados como biblioteca nas 147 escolas existentes na Rede Municipal de Ensino, tendo como base os seguintes itens: as condições do espaço físico, o acervo e a qualificação do profissional que atuava na biblioteca.

Com base nessas informações, as diretrizes do Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Ensino seriam pautadas nas seguintes etapas: inserção da biblioteca no contexto curricular e pedagógico da educação infantil, do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos; estruturação do espaço físico; formação do pessoal técnico e pedagógico;² estabelecimento de uma política de seleção e aquisição do acervo.

[2] Sobre o processo de formação na SME ver, neste livro, o texto “Formação dos profissionais da educação no município de Goiânia: diferentes saberes e desafios no contexto educacional”.

O projeto foi formatado a partir de ações conjuntas entre o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás e a Secretaria Municipal de Cultura. O curso de Biblioteconomia, por meio de um projeto de extensão, sustentou a execução do projeto com a participação de professores e alunos que atuaram durante todo o processo. A Secretaria Municipal de Cultura abrigou o projeto com o apoio técnico dos bibliotecários para a composição de uma rede de atendimento a partir das Unidades Regionais de Educação (URE)³, uma vez que o plano de carreira do magistério não prevê a função do profissional da área.

Para que essa proposta fosse concretizada, uma biblioteca-modelo foi estruturada no Centro de Formação de Professores, obedecendo a todos os requisitos que orientaram sua concepção. Nesse espaço foram ministrados cursos de formação técnica e pedagógica de gestores, coordenadores, professores e auxiliares de biblioteca da Rede Municipal de Ensino.

Considerando o perfil das escolas (educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos) a serem atendidas, foram estruturados dezoito tipos de bibliotecas com base no número de alunos, no nível de atendimento e na totalidade das estruturas textuais selecionadas. De posse desses dados, obteve-se o Quadro 1:

QUADRO 1 – Tipos de bibliotecas com base no nível de atendimento, na quantidade de alunos e no acervo.

Biblioteca	Nível de atendimento	N. de alunos	Estrutura do acervo ¹
1	CICLOS I e II / Educação Infantil	268	
2	CICLOS I e II / Educação Infantil	450	

[3] Sobre as UREs ver, neste livro, o texto “A unidade regional de educação no contexto da gestão democrático-popular”.

3	CICLOS I e II / Educação Infantil	540	Literatura HQ Contos Populares Infantil e Juvenil Informativos Referência Generalidades Ciências História Geografia Artes Inglês Matemática Apoio Geografia Artes Matemática História Educação Física Ciências Português Educação
4	CICLOS I e II / Educação Infantil	688	
5	CICLOS I, II e III Educação Infantil Seriado - 1ª à 4ª / 1ª à 8ª / 5ª à 8ª	470	
6	CICLOS I, II e III Educação Infantil Seriado - 1ª à 4ª / 1ª à 8ª / 5ª à 8ª	626	
7	CICLOS I, II e III Educação Infantil Seriado - 1ª à 4ª / 1ª à 8ª / 5ª à 8ª	739	
8	CICLOS I, II e III Educação Infantil Seriado - 1ª à 4ª / 1ª à 8ª / 5ª à 8ª	1259	
9	CICLOS I e II	287	
10	CICLOS I e II	522	
11	CICLOS I, II e III Seriado - 1ª à 4ª / 1ª à 8ª / 5ª à 8ª	679	
12	CICLOS I, II e III Seriado - 1ª à 4ª / 1ª à 8ª / 5ª à 8ª	850	
13	CICLOS I, II e III Seriado - 1ª à 4ª / 1ª à 8ª / 5ª à 8ª	574	
14	CICLOS I, II e III Seriado - 1ª à 4ª / 1ª à 8ª / 5ª à 8ª	1200	
15	CICLOS I, II e III Seriado - 1ª à 4ª / 1ª à 8ª / 5ª à 8ª	755	
16	CICLO I	456	
17	CICLO II Seriado - 5ª à 8ª séries	443	
18	CICLO III	254	

1 As bibliotecas receberam todas as estruturas textuais mencionadas proporcionalmente ao número de alunos.

Reestruturação física: concepção espacial

A reestruturação física se apoiou na necessidade de integração da biblioteca no contexto pedagógico. Com base nesse entendimento, em 2002, foram realizados diagnósticos da estrutura física nas 98 bibliotecas existentes na Rede Municipal de Ensino, por meio dos quais se procurou não só avaliar, mas, acima de tudo, conhecer a realidade de cada uma delas. Para tal, uma arquiteta montou um dossiê para cada uma das escolas visitadas, observando suas especificidades.

Na definição do formato físico das bibliotecas, levaram-se em consideração os padrões da realidade encontrada: salas de aula com aproximadamente quarenta metros quadrados. Na definição do *layout*, buscou-se criar um espaço que não só aliasse a estrutura organizacional do acervo a um ambiente convidativo à leitura, mas também integrasse a biblioteca no contexto pedagógico. No processo de criação de uma identidade visual, privilegiou-se a padronização da cor, da sinalização, do *layout* e do mobiliário (Figura 1).

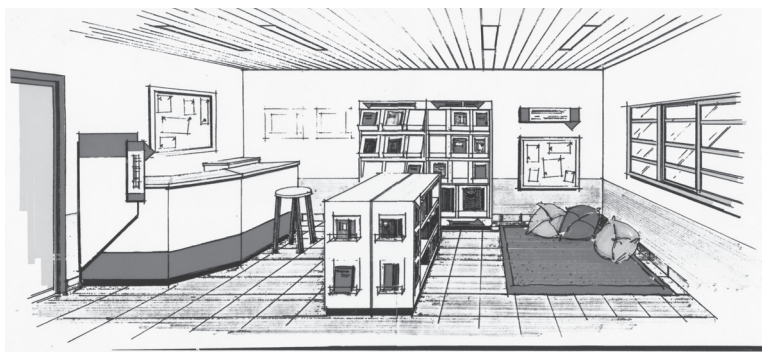


FIGURA 1 – Identidade visual, privilegiando a padronização da cor, da sinalização, do *layout* e do mobiliário.

No tocante à sinalização, esta deveria dar autonomia para que o usuário circulasse e entendesse o processo de organização da biblioteca e, assim, se familiarizasse com as técnicas então adotadas. Os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) se propunham a formar pequenos leitores (crianças de 0 a 6 anos) e a oferecer-lhes um acervo de literatura selecionado e armazenado em uma estrutura adequada. Entretanto, não dispunham de espaço disponível suficiente; para tal, desenvolveu-se a proposta de um carrinho. Surgia, assim, uma biblioteca circulante (Figura 2).

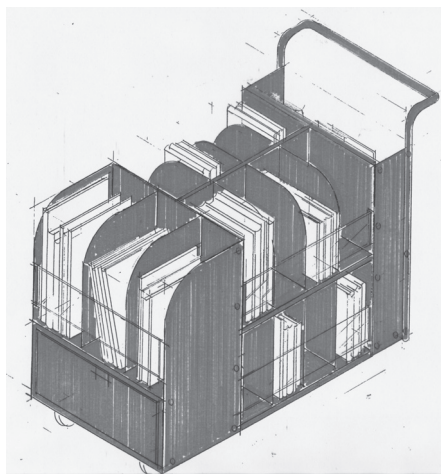


FIGURA 2 – Biblioteca circulante.

A partir da definição do espaço médio disponível para o funcionamento da biblioteca (40 m²), desenvolveu-se a descrição das funções da biblioteca com base na sua inserção no contexto pedagógico. As áreas planejadas previam: balcão de atendimento, terminal de consulta, espaço multiuso (armário de TV/vídeo), cantinho de leitura, área de estudo e acervo técnico e geral (Figura 3).

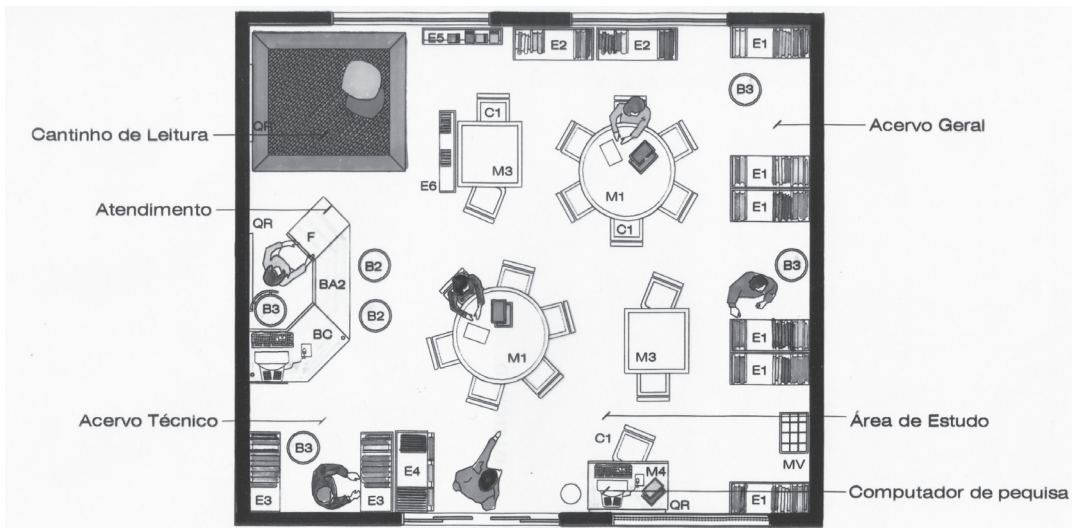


FIGURA 3 – Projeto da biblioteca.

BIBLIOTECA-MODELO

No Centro de Formação do Professor, criou-se uma biblioteca-modelo, composta por todo o acervo recebido no processo de seleção e, posteriormente, selecionado. Essa biblioteca destinada aos professores em processo de formação servia de laboratório para a implantação das bibliotecas nas unidades escolares.

O acervo foi classificado, catalogado e organizado nas estantes, obedecendo aos critérios técnicos previamente adaptados para uma biblioteca escolar. O sistema de classificação adotado foi simplificado para que se ajustasse ao público (crianças e jovens) e atendesse ao reduzido espaço físico das salas que abrigaram as bibliotecas (Figura 4).



FIGURA 4 – Foto da biblioteca-modelo.

AS ESCOLAS SELECIONADAS

O trabalho realizado inicialmente foi o de gerar informações sobre as bibliotecas existentes nas escolas públicas do município de Goiânia. Além de demarcar aquelas que possuíam biblioteca e as que não possuíam, pôde-se separar as características mais importantes de cada instituição escolar, como número de alunos e nível de atendimento. Assim, criou-se a possibilidade de selecionar os livros que atendessem às reais necessidades das escolas.

Arquitetos e estagiários de Biblioteconomia realizaram uma pesquisa em todas as escolas que dispunham de biblioteca. Das 147 escolas da Rede Municipal, 98 possuíam espaço destinado à biblioteca. Os arquitetos avaliaram as condições físicas (espaço e mobiliário) dessas 98 escolas e, posteriormente, elaboraram diagnósticos individuais de todas elas. Cinquenta delas apresentaram condições físicas para

implantação imediata do programa (dimensões adequadas, iluminação, conservação e organização do ambiente, do mobiliário e do acervo existente). Ao serem elaborados os *layouts* de cada uma delas para acompanhar o processo de implantação, definiram-se dois padrões de referência: 40 e 60 m². Assim, além das que apresentavam condições imediatas de implantação, outras foram sendo adaptadas. No final do ano de 2004, foi possível obter o Quadro 2:

QUADRO 2 – Diagnóstico das escolas que dispunham de biblioteca no final de 2004.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	MODALIDADE	IMPLANTAÇÃO
Bibliotecas circulantes	98	Centros Municipais de Educação Infantil	Carrinhos e acervo
Bibliotecas das escolas	92	Escolas Municipais	Mobiliário e acervo

As escolas que não dispunham de espaço passaram a contar com um modelo de biblioteca de 60 m² a ser incluído nos processos de revitalização dos espaços físicos e no planejamento futuro de suas bibliotecas.⁴

ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

O proposta de *design* de interior elaborada pelos arquitetos obedeceu ao princípio de inserção da biblioteca no contexto pedagógico, observando o limite do espaço físico disponível (sala de aula), que variava de 40 a 60 m², e suas especificidades. Na definição do *layout*,

[4] Foi adquirido acervo para todas as escolas (147) bem como para os CMEIS, parte dos quais ainda seriam municipalizados (98).

buscou-se criar um espaço que aliasse a estrutura organizacional do acervo a um ambiente convidativo para a leitura. A programação visual das bibliotecas seguiu um padrão tanto na utilização da matéria-prima como das cores e modelos de estantes, mesas, cadeiras, balcões e pintura das paredes. Para conferir identidade visual às bibliotecas, houve padronização de cor, mobiliário, *layout* e sinalização. Essa proposta foi descrita em quatro guias:

- Manual de implementação das bibliotecas;
- Caderno de especificação do mobiliário;
- Caderno de especificação do projeto de sinalização;
- Caderno de especificação do móvel da biblioteca volante dos CMEIs.

Como haviam sido municipalizados recentemente, os CMEIs não possuíam espaço físico suficiente para implantação de uma biblioteca. Entendendo a necessidade de oferecer livros para essa fase tão importante da formação do indivíduo (0 a 6 anos), optou-se por garantir a formação de um acervo básico para crianças e professores e a organização em uma estrutura que permitisse o uso e conservação dos títulos. Surgiu, então, a ideia do carrinho, já referida anteriormente, e que teve pronta e ampla aceitação tanto por parte dos professores como por parte das crianças.

O ACERVO

O processo de seleção e constituição do acervo das bibliotecas públicas municipais fundamentou-se na formação contínua de leitores, considerando a diversidade textual comum a cada área do conhecimento.

Para garantir a formação contínua de jovens e adultos leitores, considerou-se a necessidade de incluir no processo os professores. Nesse sentido, Arrais (2004, p. 1) afirma:

A biblioteca não [é] apenas o coletivo de livro, mas o lugar de descoberta e mudança de representações sobre o mundo e nosso entorno por intermédio da leitura; como espaço para aquisição de habilidades de leitura e fomento da criatividade, [sai] de apêndice para tornar-se parte efetiva da escola. Daí a ideia de constituição do acervo como momento importante, mas não único, do projeto. O projeto parte da formação, o que implica uma perspectiva global e contínua de investimento na estruturação física dos espaços, a renovação do acervo e o esforço de integração de professores, alunos e funcionários na constituição da biblioteca.

A política de seleção adotada para compra do acervo foi desenvolvida por uma equipe de professores da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Estadual de Goiás e da Rede Municipal de Ensino. Na constituição do acervo, levou-se em conta a necessidade de oferecer diversas estruturas textuais: literatura, obras de referência, livros informativos e textos teóricos de apoio aos professores. Por decisão prévia, os livros didáticos, que em muitos casos constituíam a maior parte do acervo, foram retirados da biblioteca. A seleção de cerca de 2.800 títulos contemplou obras de referência, contos populares, histórias em quadrinhos, literatura infantil, literatura juvenil, literatura para jovens e adultos, livros informativos nas áreas de ciências, história, geografia, matemática, artes e língua estrangeira, bem como livros de apoio teórico para o professor nas mesmas áreas.

A partir da definição das estruturas de texto que comporiam o acervo, passou-se à definição dos critérios de seleção dos títulos aliados aos pressupostos político-pedagógicos dos níveis de atendimento da rede: educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

Com base nos critérios que antecederam a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, uma equipe de professores da Rede e das Universidades Federal e Estadual de Goiás passou a selecionar o acervo das bibliotecas.

O processo de avaliação e seleção de livros exige a definição de critérios para que um programa de bibliotecas não se torne uma mera justificativa para compra e distribuição de livros. Assim, o acesso e a disseminação do conhecimento culturalmente produzido pela humanidade, reunido em uma biblioteca escolar, foram os pressupostos da formulação de uma política de circulação de textos reunidos no suporte “livro impresso”, em gêneros variados, tais como: o literário, o jornalístico/informativo, o didático, o científico.

A preocupação advinda do processo de uma seleção consistente nas diversas áreas do conhecimento se deveu, em primeiro lugar, ao fato de estar lidando com recursos públicos para aquisição de livros para bibliotecas escolares; em segundo lugar, essa seleção se constituía em um marco, uma vez que esses títulos deviam ser abordados – de forma significativa – no contexto escolar, pelos professores, para poderem transformar o processo de formação de crianças, jovens e adultos.

Dentre os quatro parâmetros que podem contemplar os diversos livros e níveis de linguagem, destacam-se:

Para o texto literário

- originalidade do texto (linguagem singular, rica e expressiva);
- regionalismos facilmente entendidos no contexto;
- originalidade da ilustração (articulação entre texto e imagem);
- uso artístico e competente da língua e do traço;
- qualidade das traduções;
- abrangência do conceito de objeto-livro, que inclui o projeto editorial e gráfico.

Para o texto informativo

O estabelecimento de critérios para os livros informativos foram assim definidos por Carlos de Souza (2004, p. 8-10):

Quanto à linguagem:

- Deve ser acessível à leitura a que se propõe, sendo fácil definir o seu público-alvo.
- Deve ser capaz de propiciar a criação de “imagens mentais” que retratem a realidade cientificamente descrita.
- Deve seguir uma ordem natural (sequência) de perguntas não explícitas no texto, mas formuladas intuitivamente pelo leitor. A organização da informação deve ser coerente.
- O estilo deve ser pedagógico, mas a forma fica livre do ensino direto. O autor conduz o assunto segundo recortes pessoais, podendo ser uma ficção, criada como suporte para a informação.

Quanto ao conteúdo:

- A informação deve ser correta, do ponto de vista científico, e completa, sem excluir dados relevantes para sua compreensão.
- O texto deve esclarecer sobre o uso incorreto de expressões de utilização corrente.
- As explicações e definições, mesmo que incompletas, devem representar o desenvolvimento histórico do conhecimento.
- O conteúdo científico deve ser apresentado, sempre que relevante, tendo em conta seu contexto histórico e não como verdade absoluta.
- A diferença entre realidade e modelo explicativo, fato e teoria, é estabelecida de forma inequívoca.
- As situações-problema apresentadas devem ser idealizadas, de forma explícita, a partir de condições reais.
- A ilustração deve estar incluída próxima do local onde é referida e ser claramente referenciada.
- Os aspectos referenciados no texto, e que se pretende destacar com ilustração, devem ser inequivocamente nela descritos.
- As ilustrações expositivas, artísticas, podem coexistir com as documentais, que devem ser, no entanto, em menor número.

Quanto à estrutura:

- A abordagem deve ser feita de modo que primeiro é discutida a ideia e só depois introduzido o conceito.
- As estratégias utilizadas devem promover o desenvolvimento de capacidades científicas, tais como: observação, formulação de hipóteses, planejamento de experiências, análise crítica de resultados.
- As estratégias utilizadas devem promover o desenvolvimento de atitudes científicas, tais como: honestidade intelectual, tolerância, abertura à mudança.
- A apresentação dos conceitos deve ter em conta ideias intuitivas dos alunos, identificadas em trabalhos de investigação educacional e/ou em práticas dos professores.
- O texto deve aproveitar situações da vida corrente como ponto de partida para experiências a realizar na sala de aula.
- As experiências que envolvem riscos de segurança (manipulação, toxicidade) devem estar devidamente assinaladas com todos os cuidados que se deve ter.
- O texto não deve discriminar atitudes, nacionalidades, profissões. Não deve apresentar preconceitos implícitos nem explícitos.
- O texto deve abordar o impacto social (vantagens e desvantagens nos aspectos éticos e económicos) da aplicação das descobertas científicas.
- O uso de termos não deve provocar ambiguidade.
- O texto deve apresentar referências bibliográficas.

Quanto à característica material:

- O livro deve apresentar resistência e dimensões apropriadas ao seu uso.
- O texto deve apresentar caracteres tipográficos (tipo, tamanho, cor de letra) e espaçamentos que facilitam a leitura.
- A diagramação tem compromisso com a visualização didática.
- O preço do livro deve ser adequado ao público a que se destina.

A definição de parâmetros de análise é fundamental para que se criem referências comparativas para que o adulto mediador do texto possa trabalhar no processo de formação do leitor, seja ele criança, jovem ou adulto. Esses parâmetros não apresentam características rígidas uma vez que se redefinem a cada nova publicação.

A SELEÇÃO DO ACERVO PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE

No processo de seleção do acervo, as editoras e distribuidoras de livros de Goiânia foram convidadas a participar da licitação para compra dos livros e informadas da abrangência do projeto. Dos 9 mil títulos enviados, 2.800 foram selecionados para compor os 18 tipos de acervos diferentes a partir das especificidades de atendimento das escolas (número de alunos e nível de atendimento).

O acervo recebido foi usado para montar a biblioteca-modelo no Centro de Formação do Professor da Rede Municipal de Ensino. Toda a estrutura projetada para o Programa de Bibliotecas foi reproduzida: *layout*, organização, processamento técnico etc., e serviu de laboratório para os cursos de formação de professores, coordenadores pedagógicos e auxiliares de biblioteca.

Os cursos de formação

A discussão dos parâmetros técnicos e estéticos em cursos para professores e gestores, promovida durante a divulgação das obras selecionadas, favoreceu a formação desses mediadores, que necessariamente devem possuir um vasto repertório e exercitar a leitura crítica. Esses cursos visavam promover a divulgação do acervo adquirido para as bibliotecas, orientar metodologicamente o uso do acervo pelos professores e apresentar as especificidades das estruturas dos diferentes tipos de textos.

Considerou-se como critério essencial, no processo de formação dos professores, coordenadores e auxiliares de biblioteca,⁵ a apresentação do acervo por meio do qual as obras eram capazes de suscitar o desejo de novas leituras. A sedução só ocorre graças à qualidade das ilustrações e à linguagem clara e desafiadora. O leitor é, então, apresentado ao texto com um objetivo primeiro: o prazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de acesso, disseminação e uso do conhecimento produzido pela humanidade (em qualquer suporte de informação) tem a biblioteca como um dos eixos determinantes no ambiente escolar. A biblioteca se constitui como espaço dinamizador da leitura, por tratar-se da primeira oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural, para a maioria das crianças quando ingressam na escola pública. O Programa de Bibliotecas da SME de Goiânia tornou-se importante para o alcance dessa meta de inclusão social e avançou, quando, além de formar acervos, criou um novo conceito de biblioteca no espaço pedagógico. Ao atender a educação infantil, o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos, articulou e sustentou a proposta de educação inclusiva.

[5] Os objetivos dos cursos de formação para auxiliares de biblioteca eram promover a formação técnica, inicial, dos auxiliares de biblioteca e selecionar o pessoal habilitado a ser efetivado no cargo de auxiliar de biblioteca. O público dos cursos era constituído de técnico-administrativos, readaptados de função e professores. Os professores que ministraram os cursos eram bibliotecários da UFG e da Secult e docentes selecionadores do acervo da UEG, UFG e SME.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Alencar; MORAES, Loçandra B. de. *Processo de seleção e utilização do acervo de geografia*. Goiânia, 2004. 8 p. [Texto avulso].

CARLOS DE SOUZA, André Barcellos. *O ecótone da palavra escrita*. Goiânia, 2004. 12 p. [Texto informativo avulso].

CASTRO, Maria das Graças Monteiro. *Sistema de Bibliotecas Escolares da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia: proposta de criação*. Goiânia, 2001. 7 p. [Texto avulso].

MAROTO, Lúcia Helena. Biblioteca escolar: centro difusor do fazer educativo. In: RIBEIRO, Francisco Aurélio. *Leitura e literatura infanto-juvenil*. Vitória: UFES, 1997. p. 28-36.

PROGRAMA DE BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS ESTADUAIS. Goiânia: Secretaria da Educação de Goiás, 2001.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Biblioteca escolar: da gênese à questão. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). *Leitura em crise na escola*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 133-145.

